

NARRATIVAS DOCENTES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NA CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA CURRICULAR EM ANANINDEUA-PA

TEACHERS' NARRATIVES ON CHILDREN'S PARTICIPATION IN THE
CONSTRUCTION OF CURRICULAR PRACTICE IN ANANINDEUA, PARÁ

NARRATIVAS DOCENTES SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LOS NIÑOS EN LA
CONSTRUCCIÓN DE LA PRÁCTICA CURRICULAR EN ANANINDEUA, PARÁ

Jéssica da Costa Ferreira Amorim¹
Daniele Dorotéia Rocha da Silva de Lima²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar como os professores reconhecem e incorporam a participação das crianças ao processo de construção das práticas curriculares em uma escola de Educação Infantil no município de Ananindeua-PA. A pesquisa adota abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), com base em entrevistas narrativas realizadas com três professoras da Educação Infantil. Contemplando as ideias expressas, três categorias emergiram do estudo: a) representações docentes sobre a criança, que vão da ingenuidade ao protagonismo; b) a participação da criança na construção da prática curricular; e c) as contradições entre discurso e prática. Os resultados revelaram que, apesar do reconhecimento da relevância da escuta infantil, sua incorporação ainda ocorre de maneira restrita, muitas vezes vinculada a projetos de datas comemorativas. Conclui-se que é necessário promover uma prática curricular mais democrática e sensível às vozes infantis, capaz de reconhecer as crianças como sujeitos participantes dos processos educativos e de incorporar suas experiências, interesses, narrativas e modos de expressão ao planejamento e ao desenvolvimento das práticas curriculares, especialmente no contexto amazônico.

1

Palavras-chave: Educação infantil. Participação. Práticas curriculares. Narrativas docentes.

ABSTRACT: This article aims to discuss the appreciation of the brand's defense strategy and its reputation for the corporate institution's image in the face of attacks and criticisms of the quality of its products and services, inevitably exposing its brands in social networks. The work evaluates the interaction of the organizations with the users in order to fulfill the mission of defending their brand in the face of judgments that may negatively expose the products and services of the brand that over the years struggles to survive the current economic situations of the country.

Keywords: Brand. Social Networks. Branding. Intellectual Property.

¹ Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica, Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Doutora em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM). Universidade Federal do Pará (UFPA).

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo analizar cómo los docentes reconocen e incorporan la participación de los niños en el proceso de construcción de las prácticas curriculares en una escuela de Educación Infantil del municipio de Ananindeua, Pará, Brasil. La investigación adopta un enfoque cualitativo y fue desarrollada mediante el Análisis Textual Discursivo (ATD), a partir de entrevistas narrativas realizadas a tres docentes de Educación Infantil. A partir de las ideas expresadas, emergieron del estudio tres categorías: a) representaciones docentes sobre el niño, que transitan de la ingenuidad al protagonismo; b) la participación de los niños en la construcción de la práctica curricular; y c) las contradicciones entre el discurso y la práctica. Los resultados revelaron que, a pesar del reconocimiento de la relevancia de la escucha infantil, su incorporación aún se produce de manera restringida, muchas veces vinculada a proyectos relacionados con fechas conmemorativas. Se concluye que es necesario promover una práctica curricular más democrática y sensible a las voces infantiles, capaz de reconocer a los niños como sujetos participantes de los procesos educativos e incorporar sus experiencias, intereses, narrativas y modos de expresión en la planificación y el desarrollo de las prácticas curriculares, especialmente en el contexto amazónico.

Palabras clave: Educación Infantil. Participación. Prácticas curriculares. Narrativas docentes.

INTRODUÇÃO

A discussão acerca da participação das crianças no currículo da Educação Infantil origina-se das possibilidades de promover uma prática curricular que valorize as especificidades da criança, garantindo momentos de escuta para o seu efetivo reconhecimento no processo de construção de práticas curriculares, de modo mais amplo.

Percebe-se que, embora os novos destaques no campo da Sociologia da Infância defendam as crianças como agentes sociais, evidenciando as crianças como sujeito de sua própria experiência, ainda há muito a ser feito para a efetivação de tal reconhecimento, especialmente quando pensamos em práticas curriculares que reconheçam suas particularidades.

Para Sarmiento (2005) e Oliveira *et al.* (2012) o avanço da Sociologia da Infância contribuiu para deslocar a criança da condição de sujeito passivo, receptor de práticas impostas, para concebê-la como ator social competente, capaz de interpretar, questionar e transformar o mundo que a cerca.

No cenário brasileiro, esse movimento teórico e político encontra respaldo em documentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reafirmam a centralidade da criança no processo educativo, defendendo uma prática pedagógica pautada na escuta, na interação e no reconhecimento das singularidades (Brasil, 2009, 2018). Todavia, no cotidiano escolar, observa-se que essa centralidade frequentemente se esvazia diante de práticas

padronizadas, baseadas em calendários comemorativos ou em conteúdos previamente definidos, que pouco dialogam com os interesses e experiências infantis (Fochi, 2020; Oliveira, 2019).

No município de Ananindeua-PA, localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB) e considerado o segundo mais populoso do estado, aquela identificada como *criança ananin* emerge como expressão de múltiplas infâncias amazônicas. Trata-se de um sujeito plural, atravessado por desigualdades sociais, culturais e ambientais que desafiam propostas curriculares homogêneas e descontextualizadas (Santos; Oliveira, 2018; Trindade, 2019). Pensar a infância nesse território implica reconhecer tanto as vulnerabilidades socioeconômicas quanto a riqueza cultural e ambiental que constitui as experiências de vida das crianças locais.

Dessa forma, torna-se urgente problematizar como as práticas curriculares da Educação Infantil têm considerado a participação efetiva das crianças. Neste estudo, propõe-se analisar como professores da Educação Infantil de uma escola ecológica de Ananindeua reconhecem e incorporam a participação das crianças em suas práticas curriculares. A opção metodológica aqui é pela Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galiazzi, 2006, 2011), que possibilita interpretar narrativas docentes, construindo categorias analíticas que revelam sentidos atribuídos ao papel da criança no currículo.

No aspecto social, a relevância desta investigação está no processo de evidenciar a necessidade de políticas e práticas educacionais mais sensíveis às especificidades amazônicas, que superem visões homogêneas de infância. Além disso, no aspecto científico, contribui para o campo dos estudos do currículo e da infância, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para o fortalecimento de práticas curriculares democráticas.

Assim, o artigo estrutura-se em quatro seções principais. A primeira se trata desta introdução, enquanto na segunda seção se apresenta o referencial teórico, que discute os conceitos de criança, infância e currículo da Educação Infantil para a criança ananin. A terceira seção expõe os procedimentos metodológicos, destacando o uso da ATD. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos, organizados em categorias emergentes. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, apontando implicações e contribuições para o currículo da Educação Infantil no contexto amazônico.

CRIANÇA, INFÂNCIA E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA ANANIN

A concepção de infância sofreu mudanças significativas ao longo da história. Durante séculos, predominou uma visão adultocêntrica, que tratava a criança como um “adulto em miniatura” ou um ser incompleto, incapaz de produzir saberes legítimos (Ariès, 1986). No entanto, a partir do século XX, com a emergência da Sociologia da Infância, consolidou-se um novo paradigma. A esse respeito, Sarmento (2005) afirma que as crianças têm capacidade de formular e interpretar a sociedade, rompendo com a visão reducionista da infância como etapa transitória.

Com isso, Kramer (2006, 2020) destaca a necessidade de políticas e práticas que valorizem sua diversidade, reforçando que compreender a infância exige considerar os contextos socioculturais em que a criança está inserida, o que se torna ainda mais relevante na Amazônia, dada sua pluralidade étnica, cultural e ambiental.

A infância, portanto, deve ser entendida como categoria social plural, heterogênea e atravessada por marcadores como classe, gênero, etnia e território. Tal perspectiva de alteridade convoca os pesquisadores e educadores a romper com modelos homogêneos, reconhecendo a multiplicidade de infâncias (Sarmento, 2015; Castro, 2019).

Essa compreensão implica pensar o currículo não como um documento prescritivo e uniforme, mas como prática social viva, aberta à diversidade de sujeitos e contextos (Sacristán, 2013). Se as infâncias são múltiplas, o currículo também deve ser plural, sensível às experiências concretas das crianças e capaz de incorporar diferentes saberes e linguagens (Lopes; Macedo, 2011). Nesse sentido, reconhecer a criança como ator social implica assumir o currículo como espaço de diálogo, negociação e participação, superando modelos tecnicistas que desconsideram a riqueza das culturas infantis (Apple, 2009; Oliveira, 2019).

Lopes e Macedo (2011) criticam a visão restrita de currículo como lista de conteúdos, defendendo a noção de currículo como experiência, em um quadro no qual as práticas escolares são atravessadas por relações de poder, cultura e subjetividade. Santomé (2013) reforça essa crítica, ao propor um currículo orientado para a cidadania democrática, capaz de formar sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social.

No campo da Educação Infantil, essa concepção ganha relevância particular, uma vez que o currículo não se reduz a conteúdos formais, mas se constrói nas interações, brincadeiras e linguagens que as crianças mobilizam em seu cotidiano escolar (Brasil, 2009; 2018).

Assim, compreender o currículo como experiência implica reconhecer que ele se materializa na escuta atenta às vozes infantis, na valorização de suas culturas e na construção coletiva de sentidos entre crianças, professores e comunidade (Kramer, 2006; Fochi, 2020). Dessa forma, a Educação Infantil constitui espaço privilegiado para efetivar um currículo vivo, democrático e plural, coerente com a diversidade das infâncias.

Fochi (2014, 2019, 2020) propõe compreender o currículo da Educação Infantil pela lógica do inacabamento, no qual a criança é centro, ao mesmo tempo em que a escuta docente se torna elemento fundamental. Para o autor, uma das finalidades da Educação Infantil é promover condições para que as crianças se sintam encorajadas a construir explicações sobre o mundo.

Zilma Oliveira (2010, 2019), que participou da elaboração das DCNEI e da BNCC, enfatiza que o currículo deve articular saberes infantis e conhecimentos culturais, rompendo com práticas transmissivas e comemorativas. Com isso, o currículo precisa articular saberes infantis e culturais, considerando suas especificidades. No caso do presente estudo, a perspectiva curricular torna-se ainda mais significativa diante da realidade da chamada criança ananin, que é marcada por situações de desigualdades sociais, culturais e ambientais.

5

Um currículo que se proponha a articular saberes infantis com conhecimentos culturais precisa, portanto, considerar as experiências concretas das crianças amazônicas, seus modos de vida, narrativas, contato com a natureza e pertença comunitária, valorizando-as como elementos legítimos do processo educativo. Dessa forma, o currículo da Educação Infantil, ao dialogar com a pluralidade da infância ananin, pode se constituir como prática democrática e transformadora, rompendo com modelos homogêneos e aproximando-se da realidade vivida pelas crianças locais.

Santos e Oliveira (2018) destacam que pesquisar com crianças amazônicas exige metodologias flexíveis, abertas à diversidade cultural de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e urbanas periféricas. Esses autores enfatizam a necessidade de práticas que dialoguem com os saberes locais e fortaleçam a identidade cultural. Já Angelo e Rebelo (2022) defendem a importância de práticas dialógicas que reconheçam tais diferenças como ponto de partida para a construção curricular.

Assim, pensar o currículo da Educação Infantil na Amazônia implica superar modelos homogêneos e valorizar as vozes infantis em sua diversidade. Como afirma Tiriba (2017), é preciso reconectar a criança com a natureza, compreendendo-a como sujeito cultural e, ao mesmo tempo, ser da natureza, em constante interação com o meio ambiente.

Diante dessa consideração, torna-se fundamental apresentar o caminho metodológico que permitiu compreender como os professores atribuem sentidos à participação infantil em suas práticas curriculares.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender significados, sentidos e percepções atribuídas pelos professores à participação das crianças no processo de construção curricular. De acordo com Lüdke e André (2010), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela busca de uma compreensão profunda dos fenômenos educacionais, priorizando a interpretação e a construção de significados em vez da quantificação de dados. Para as autoras, esse tipo de investigação privilegia o contato direto do pesquisador com o campo empírico, valorizando as perspectivas dos sujeitos e o contexto em que estão inseridos. Tal abordagem revela-se especialmente adequada ao presente estudo, pois permite analisar – a partir das narrativas docentes – os sentidos atribuídos à participação das crianças no currículo da Educação Infantil em Ananindeua.

Nesse contexto, a pesquisa qualitativa dialoga diretamente com a pesquisa narrativa, uma vez que a experiência humana é entendida como central para a produção de conhecimento. Assim, ao adotar entrevistas narrativas com professoras da Educação Infantil, buscou-se compreender não apenas suas práticas, mas também os significados que atribuem à participação das crianças no currículo. Dessa forma, a pesquisa narrativa possibilitou valorizar o discurso docente como fonte legítima de conhecimento, em sintonia com a perspectiva da Sociologia da Infância, que reconhece professores e crianças como sujeitos produtores de saberes.

O estudo foi desenvolvido na Eco Escola Municipal Ana Maria da Silva Souza, localizada no município de Ananindeua-PA, na Região Metropolitana de Belém. Instituição que se destaca por suas práticas voltadas à sustentabilidade e pela articulação entre educação, preservação ambiental e cidadania. A escolha do campo deve-se ao fato de a escola ser referência local em projetos inovadores que valorizam a relação entre criança, natureza e comunidade.

De acordo com o IBGE (2025), Ananindeua possui aproximadamente 540 mil habitantes, dos quais mais de 41 mil são crianças em idade adequada para frequentar a Educação Infantil. O município é caracterizado por forte desigualdade social e urbanização acelerada, o que torna urgente a análise de práticas curriculares mais inclusivas para a criança ananin.

Participaram da pesquisa três professoras da Educação Infantil, todas atuantes na Eco Escola Municipal Ana Maria da Silva Souza. As professoras colaboraram voluntariamente, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016). Para preservar a identidade das participantes, foram adotados pseudônimos.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas, com roteiro semiestruturado, contemplando questões sobre: concepções de infância e a participação da criança na prática curricular. As entrevistas foram gravadas em áudio, com duração média de 60 minutos cada, e posteriormente transcritas integralmente para análise.

A análise dos dados foi conduzida a partir da Análise Textual Discursiva (ATD), proposta por Moraes e Galiuzzi (2006, 2011), um método qualitativo que busca compreender significados emergentes em textos, por meio de um processo que combina desconstrução, interpretação e reconstrução.

7

As etapas da ATD seguiram as orientações de Moraes e Galiuzzi (2006, 2011). Há a *unitarização*, que consiste na desconstrução dos textos narrativos em unidades de significado. Essa fragmentação, longe de ser mecânica, pressupõe sensibilidade do pesquisador para identificar trechos que exprimem sentidos relevantes sobre a participação infantil.

Em seguida, tem-se a *categorização*, que reorganiza as unidades em categorias emergentes. Aqui a construção não foi dedutiva, mas indutiva, permitindo que os sentidos se revelem a partir dos próprios textos. Como destacam Moraes e Galiuzzi (2011, p. 46), “categorizar é construir compreensões que transcendem as descrições iniciais”.

Por fim, ocorre a *elaboração de metatextos*, que se articularam aos resultados da análise e às teorias discutidas no referencial. Essa etapa foi essencial, pois confere densidade analítica ao estudo, evitando que a pesquisa se reduza à mera descrição. Com isso, ao aplicar a ATD às entrevistas narrativas das professoras, buscou-se compreender como elas constroem sentidos

sobre a criança e sua participação curricular. A escolha desse método é coerente com a perspectiva da Sociologia da Infância, que defende a centralidade da escuta.

Cabe ressaltar que a Análise Textual Discursiva (ATD) foi utilizada neste estudo justamente por permitir compreender os sentidos produzidos nas narrativas docentes sobre a participação infantil no currículo. Como destacam Moraes e Galiazzi (2006, 2011), a ATD combina fragmentação e reconstrução dos textos, possibilitando que novas compreensões emergjam do material empírico.

Assim, as entrevistas narrativas realizadas com as professoras da Educação Infantil constituíram o *corpus* de análise, sendo transcritas integralmente e submetidas ao processo de unitarização, categorização e construção de metatextos. Desse modo, a metodologia adotada permitiu articular a fala dos sujeitos à interpretação teórica, revelando tanto as tensões quanto as potencialidades presentes no cotidiano curricular da criança ananin.

A análise das entrevistas narrativas, conduzida por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), possibilitou transformar o material empírico em categorias interpretativas. Inicialmente, as falas das três professoras foram transcritas integralmente e submetidas ao processo de unitarização, no qual trechos significativos foram destacados como unidades de sentido. Posteriormente, essas unidades foram agrupadas em conjuntos temáticos, dando origem à etapa de categorização, que permitiu identificar regularidades, tensões e contradições presentes nos discursos.

Em face desse processo, o material empírico foi organizado no Quadro 1, que demonstra todo esse movimento.

Quadro 1 - Organização dos textos de campo em textos de pesquisa

UNIDADES DE SIGNIFICADOS	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS FINAIS
“O compromisso com as crianças é transmitir valores” “A criança é totalmente autora e protagonista, de criar, de compreender” “As vezes as crianças vêm já com um comportamento de casa e ela chega aqui é as vezes é complicado”	A concepção de criança	
“Quando percebo escuto cada história surpreendente” “Todos os dias na minha sala as crianças têm oportunidades de falar”	Manifestações infantis por meio da escuta sensível O papel do professor de Educação Infantil	Da ingenuidade ao protagonismo: representações docentes sobre a criança
“Eu escuto a criança, porque não é a partir do meu conhecimento, eu sempre bati nesta tecla que a gente tem que partir do conhecimento que a criança tem”		

“A gente faz tudo junto, geralmente o que uma professora está fazendo todas estão”	Experiências proporcionadas pelos professores as crianças	A participação da criança na construção da prática curricular.
“Quando tem uma data comemorativa a gente trabalha mais os projetos”	A prática curricular desenvolvida por meio de projetos	
“Busco desenvolver minha proposta com assuntos envolvendo a natureza, diante da sua relação de interdependência, na qual a gente não pode viver fora dela”	Reconhecendo o interesse e a criatividade da criança	

Fonte: Elaborado pelos autores

Na etapa da construção dos metatextos, emergiram as três categorias finais: (I) da ingenuidade ao protagonismo: representações docentes sobre a criança; (II) a participação da criança na construção da prática curricular; e (III) as contradições entre discurso e prática. Essas categorias expressam os sentidos atribuídos pelas docentes à participação da criança na construção do currículo da Educação Infantil em Ananindeua, revelando avanços, limites e possibilidades no contexto da criança ananin.

Nesse sentido, a ATD funciona como dispositivo metodológico que possibilita dar visibilidade às vozes docentes, sem reduzi-las a categorias prévias, mas deixando que o próprio discurso revele contradições, tensões e potencialidades. Conforme ressaltam Moraes e Galiuzzi (2011), trata-se de um movimento de “reconstrução de significados”, em que o pesquisador atua como mediador interpretativo.

No presente estudo, a ATD revelou-se especialmente adequada, pois possibilitou captar os sentidos produzidos pelas professoras sobre a criança ananin, reconhecendo-a como sujeito múltiplo e inserido em um território marcado por desigualdades e especificidades culturais (Santos; Oliveira, 2018; Trindade, 2019).

Assim, a análise textual discursiva não se limitou a organizar dados, mas permitiu dar densidade hermenêutica às narrativas docentes, destacando como suas falas refletem tanto avanços, ao reconhecerem a importância da escuta, quanto limitações, ao vincularem a participação infantil a práticas episódicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das narrativas docentes, a partir da ATD, evidenciou um conjunto de significados que expressam tanto avanços quanto limitações na forma como a participação da

criança é incorporada às práticas curriculares da Educação Infantil. A seguir, são apresentados os resultados, por meio das categorias finais do estudo.

Da ingenuidade ao protagonismo: representações docentes sobre a criança

As professoras participantes demonstraram reconhecer a criança como sujeito ativo, produtor de sentidos e saberes. Contudo, suas falas, em alguns momentos, revelam visões tradicionais da infância. Como vemos na narrativa da Professora B (informação verbal): “Às vezes as crianças vêm já com um comportamento de casa, e ela chega aqui, é, às vezes é complicado. E começa a trabalhar”.

Esse enunciado evidencia uma concepção de infância que ainda associa a criança à necessidade de disciplinamento, reforçando a lógica adultocêntrica segundo a qual o papel da escola é moldar comportamentos. Ao mesmo tempo, revela a tensão entre a valorização da criança como sujeito de direitos e a permanência de práticas que a entendem como “ser em formação”, carente de intervenção adulta para se adequar a padrões de conduta.

Em outros momentos, as narrativas da professora reiteram discursos do adultocentrismo: “O compromisso com as crianças é transmitir valores” (Professora B, informação verbal). Esse enunciado confirma a permanência de visões que restringem a autonomia infantil.

10

Ao problematizarem os conceitos de criança e infância, Sarmento e Pinto (1997) apontam que historicamente prevaleceu uma concepção adultocêntrica, na qual a criança foi reduzida à condição de sujeito em preparação para a vida adulta. Essa visão não só desconsidera a infância como categoria social plena, mas também produz invisibilidade e silenciamento, restringindo a legitimidade da voz infantil. Tal perspectiva repercute diretamente no campo curricular, na medida em que a escola tende a organizar práticas voltadas para a transmissão de conteúdos previamente definidos pelos adultos, em detrimento da escuta e valorização das experiências das crianças.

Ao se pensar em práticas voltadas para visão dos adultos, pode-se retomar as narrativas da Professora B (informação verbal): “Quando percebo, escuto cada história surpreendente”. Tal enunciado traz novamente a escuta da criança sendo interpretada como algo “surpreendente”, e não como parte constitutiva de sua subjetividade. O enunciado revela que a docente reconhece a criança como alguém capaz de narrar suas experiências, mas a escolha da palavra “surpreendente” sugere que, em seu imaginário, essa capacidade ainda não é naturalizada como

parte da condição infantil. Ou seja, a professora se espanta com o fato de a criança trazer “suas próprias histórias”, quando, na perspectiva da Sociologia da Infância, isso deveria ser compreendido como algo constitutivo e legítimo (Sarmiento; Pinto, 1997).

Esse tipo de olhar demonstra o quanto a prática escolar continua impregnada de adultocentrismo, uma vez que a narrativa infantil não é imediatamente reconhecida como expressão de cultura e saber, mas como acontecimento extraordinário.

No caso da Educação Infantil, superar o adultocentrismo significa reconhecer o currículo como espaço vivo, em que os saberes infantis dialogam com os conhecimentos culturais e científicos, possibilitando práticas mais democráticas e inclusivas. Esse desafio é ainda mais urgente no contexto amazônico, onde a criança ananin carrega experiências singulares que, quando desconsideradas, reafirmam lógicas homogêneas e distantes de sua realidade.

Contudo, independentemente das narrativas que expressam concepções adultocêntricas, as narrativas da professora A, por sua vez, enfatizam oportunidades de escuta, superando a visão da criança ingênua, caminhando em direção à criança em sua posição de protagonista, expondo que “*todos os dias na minha sala as crianças têm oportunidades de falar*” (Professora A, informação verbal).

Esse enunciado aponta para a construção de uma prática curricular na qual a escuta das crianças não se restringe a situações pontuais, mas é incorporada ao cotidiano. De modo distinto em relação à postura que enxerga a infância como marcada pela ingenuidade ou pela falta, a professora demonstra compreender que a criança tem voz própria, experiências singulares e histórias legítimas a compartilhar.

Ao garantir “oportunidades de falar” todos os dias, a docente se aproxima do que Fochi (2020) apresenta em relação ao inacabamento, sobre o qual enfatiza a prática aberta ao imprevisível e às contribuições das crianças. Essa postura revela ainda um alinhamento com Kramer (2006), que defende a centralidade da escuta e da valorização das múltiplas linguagens infantis como condição para um currículo democrático.

Contudo, cabe problematizar que a simples concessão de espaço para a fala não garante, por si só, a efetiva participação da criança no currículo. É necessário que tais narrativas infantis ultrapassem a dimensão da “oportunidade de falar” e passem a ser criticamente incorporadas aos planejamentos, influenciando decisões e ressignificando conteúdo. Como lembra a Professora A (informação verbal): “*Eu escuto a criança, porque não é a partir do meu conhecimento.*

Eu sempre bati nesta tecla, que a gente tem que partir do conhecimento que a criança tem”. Concordando com Oliveira (2019), vê-se que o verdadeiro desafio da Educação Infantil está em transformar a escuta em ação.

No contexto da criança ananin, essa abertura cotidiana para a fala pode representar um importante passo para a valorização de experiências locais, uma vez que permite que saberes vinculados à comunidade, ao território e à natureza amazônica sejam trazidos para dentro do currículo. Assim, a fala da Professora A não apenas rompe com a visão da criança como ingênua, mas também aponta para possibilidades de construção de um currículo mais plural, democrático e sintonizado com as especificidades amazônicas da criança ananin. A professora ainda acrescenta que *“a criança é totalmente autora e protagonista, de criar, de compreender”* (Professora A, informação verbal). Assim, a primeira categoria evidencia uma tensão discursiva: de um lado, há avanços na concepção da criança como sujeito ativo; de outro, persistem marcas da concepção de infância como *“vir a ser”* limitado pela tutela adulta (Ariès, 1986; Kramer, 2006).

As narrativas analisadas mostram que a prática curricular, embora apresente espaços de abertura à escuta das crianças, ainda se encontra fortemente condicionada por um caráter episódico e temático, evidenciando um currículo fragmentado e distante da concepção de experiência viva e contínua defendida por Lopes e Macedo (2011) e Oliveira (2019).

A participação da criança na construção da prática curricular

A segunda categoria aponta como, ainda que as docentes demonstrem intenção de considerar as vozes infantis, essa participação ocorre de forma episódica e condicionada, geralmente atrelada a projetos de datas comemorativas, como mencionado acima, pois *“quando tem uma data comemorativa, a gente trabalha mais os projetos”* (Professora B, informação verbal).

Esse enunciado evidencia uma prática curricular que, em vez de se organizar em torno da escuta cotidiana e da participação ativa das crianças, ainda depende fortemente do calendário escolar como eixo estruturador. Nessas condições, a voz infantil é convocada apenas em momentos específicos, funcionando como recurso metodológico que complementa o planejamento adulto, mas não o transforma de maneira profunda.

Oliveira (2019) já alertava da necessidade de não invisibilizar as experiências das crianças e mantém o adulto como centro da organização. Fochi (2020) inclusive acrescenta que

o currículo deveria ser dinâmico e inacabado, construído continuamente a partir da escuta das múltiplas linguagens infantis.

No contexto amazônico, essa limitação adquire contornos ainda mais preocupantes. Ao restringir a participação infantil a projetos pré-estabelecidos, corre-se o risco de silenciar saberes vinculados ao território, à natureza e à cultura da criança ananin. Como defendem Santos e Oliveira (2018), a escuta das crianças amazônicas precisa ser incorporada como eixo central do planejamento, de modo que seus modos de vida e suas narrativas possam legitimar-se como conhecimento curricular.

Portanto, embora a prática docente revele a intenção de incluir a voz infantil, a forma como essa participação se concretiza mostra que ela ainda não alcançou um princípio estruturante. Trata-se de uma participação condicionada, episódica e fragmentada, que precisa ser superada em direção a uma concepção de currículo como experiência viva e democrática, na qual as crianças não apenas participem de projetos, mas sejam coautoras da construção curricular cotidiana.

As crianças precisam ser reconhecidas como participantes efetivas da construção curricular, o que implica contradizer narrativas em que apenas os adultos são considerados como protagonistas das decisões. Esse tensionamento fica evidente na fala da Professora C (informação verbal): *“a gente faz tudo junto, geralmente o que uma professora está fazendo todas estão”*.

13

Embora essa fala ressalte a ideia de coletividade docente, ela revela uma prática em que a organização curricular continua centrada no adulto, sendo as crianças, muitas vezes ou geralmente, colocadas em posição secundária, como destinatárias de planejamentos previamente definidos. Essa concepção reproduz a lógica de currículo prescritivo, denunciada por Lopes e Macedo (2011), em cujo âmbito o processo educativo é visto como mera transmissão de conteúdos elaborados “de cima para baixo”.

Ao se considerar apenas a articulação entre professoras, sem integrar a escuta das crianças, o currículo torna-se um instrumento de reprodução da cultura adulta, deixando de lado as experiências infantis. Kramer (2006) já advertia que, para romper com práticas adultocêntricas, não basta incluir as crianças em momentos pontuais; antes, é necessário reconhecer sua voz como dimensão constitutiva do projeto pedagógico. Isso significa que a coletividade mencionada pelas docentes deve ser ampliada, incorporando também a perspectiva infantil como parte indissociável do processo de construção curricular.

Apesar disso, algumas narrativas apontam aberturas significativas: “Busco desenvolver minha proposta com assuntos envolvendo a natureza, diante da sua relação de interdependência, na qual a gente não pode viver fora dela” (Professora A, informação verbal).

No contexto amazônico, essa abertura torna-se ainda mais relevante. As crianças trazem para a sala de aula referências culturais e ambientais, como o igarapé, a floresta, os animais e os locais; quando valorizadas, essas mesmas referências fortalecem sua identidade e ressignificam o currículo (Tiriba, 2017; Trindade, 2019).

As contradições entre discurso e prática

A análise das narrativas docentes revela que, apesar de reconhecida em nível discursivo, a participação das crianças na Educação Infantil ainda enfrenta limites significativos quando observada nas práticas. Esse cenário evidencia um reconhecimento parcial da criança como sujeito, de modo que a escuta infantil é valorizada, mas restrita a situações controladas pela mediação adulta. Essa ambivalência reflete a persistência de um olhar adultocêntrico que, mesmo em meio a avanços teóricos e normativos, insiste em posicionar a criança como alguém “em formação”, cuja voz só pode ser considerada dentro de certos limites.

Outro aspecto recorrente é a condicionalidade da participação infantil, geralmente vinculada a atividades episódicas, como datas comemorativas e projetos temáticos. Essa dinâmica cria um currículo fragmentado, em que a escuta da criança não se constitui como elemento contínuo e estruturante, mas como prática complementar, acessória ao planejamento docente. Como já advertira Lira (2017), a centralidade da criança na Educação Infantil corre o risco de ser reduzida a um recurso metodológico, utilizado para enriquecer atividades previamente definidas, mas sem efetiva capacidade de transformar o currículo.

Ao observar esses elementos em conjunto, compreende-se que as contradições entre discurso e prática não configuram apenas falhas pontuais, mas expressam a própria complexidade do currículo como campo de disputa. Apple (2009) já afirmava que o currículo é sempre resultado de tensões e conflitos sociais, o que ajuda a compreender por que, no mesmo espaço educativo, coexistem práticas inovadoras e tradições enraizadas. No caso das professoras analisadas, essa tensão se manifesta na oscilação entre discursos de valorização da infância e práticas curriculares que ainda a subordinam a lógicas adultocêntricas.

Kramer (2020) reforça que a superação dessa ambivalência exige mais do que mudanças pontuais no planejamento: demanda a incorporação da escuta infantil como princípio ético e político. Isso significa que ouvir as crianças não deve ser visto como estratégia ocasional, mas como eixo organizador da prática curricular, capaz de redefinir relações de poder dentro da escola. Em outras palavras, trata-se de uma mudança paradigmática, que desloca a criança da condição de destinatária da educação para a posição de sujeito de direitos e de cultura, coconstrutor do conhecimento.

No contexto amazônico, essas reflexões adquirem contornos ainda mais complexos. A chamada criança ananin representa uma infância plural, atravessada por desigualdades sociais, vulnerabilidades ambientais e, ao mesmo tempo, por uma riqueza cultural que se expressa nos modos de vida, nas narrativas comunitárias e no contato cotidiano com a natureza. Negligenciar essa especificidade significa impor às crianças da região modelos curriculares homogêneos, desenhados a partir de realidades distintas e pouco sensíveis às particularidades locais. Por isso, a efetivação de um currículo democrático e plural em Ananindeua não é apenas uma exigência pedagógica, mas um compromisso social e político, orientado pela valorização das diferenças e pela promoção da justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como professoras da Educação Infantil, atuantes em uma escola municipal de Ananindeua-PA, reconhecem e incorporam a participação das crianças na construção curricular, utilizando como suporte a Análise Textual Discursiva (ATD).

Os resultados revelaram contradições centrais, pois, por um lado, as docentes reconhecem a criança como sujeito ativo, produtor de saberes e experiências; por outro, esse reconhecimento ainda se manifesta de forma parcial e condicionada, limitado a práticas episódicas.

A partir da ATD, foi possível identificar três categorias principais, a criança para além de um sujeito ingênuo, em que se evidencia a emergência de uma visão da infância contraditória; a prática curricular construída a partir da participação infantil, que mostra esforços de considerar as vozes das crianças, mas de modo ainda incipiente e fragmentado e as contradições entre discurso e prática.

Esses achados demonstram a necessidade de superar o adultocentrismo e consolidar práticas pedagógicas nas quais a participação infantil não seja ocasional, mas estruturante. Isso implica repensar tanto a formação inicial e continuada de professores quanto a gestão escolar e as políticas públicas, para que garantam condições reais de escuta e diálogo com as crianças.

No Amazônia, a reflexão ganha contornos ainda mais urgentes, tendo em vista que a criança ananin é expressão de múltiplas infâncias atravessadas por desigualdades sociais e riqueza cultural. Valorizar sua participação no currículo significa não apenas inovar pedagogicamente, mas afirmar um compromisso ético e político com a diversidade e a justiça social (Santos; Oliveira, 2018; Trindade, 2019).

Em síntese, conclui-se que o fortalecimento de práticas curriculares participativas e democráticas na Educação Infantil exige um movimento coletivo, que envolva professores, crianças, famílias e gestores. No caso específico da Amazônia, esse movimento deve dialogar com os saberes locais e com a diversidade das infâncias, reconhecendo nelas não apenas sujeitos de direitos, mas também protagonistas de suas próprias histórias e coconstrutores do currículo escolar.

Com isso, destacam-se como contribuições deste estudo: a ênfase da centralidade da criança no currículo da Educação Infantil, em consonância com as DCNEI (Brasil, 2009) e a BNCC (Brasil, 2018); a demonstração de que a ATD constitui um método fecundo para compreender narrativas docentes, permitindo revelar tensões, contradições e possibilidades; e a proposição de que a participação infantil deve ser entendida como prática política e democrática na construção curricular, e não como recurso didático ocasional.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Adilson de; REBELO, Aline Helena Mafra. Do menino conectivo à sombra da mangueira a um clássico da pedagogia em sua contemporaneidade ou...Paulo Freire com as infâncias. In: MAFRA, Jason Ferreira; SILVA, Marta Regina Paulo da (Org.). **Paulo Freire e a educação das crianças: infância e cidadania**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022. p. 19-42.

APPLE, Michael Whitman. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 59-92.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Brasília, DF: Ministério da Saúde / CNS, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CASTRO, Liana Garcia. Conhecer os espaços com as crianças: escuta como postura ética. In: KRAMER, Sonia *et al.* (Org.). Ética: Pesquisa e Práticas com Crianças na Educação Infantil. Campinas: Papyrus Editora, 2019. p. 125-146.

CLANDININ, Dorothy Jean; CONNELLY, Frederick Michael. Narrative inquiry: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2011.

FOCHI, Paulo Sergio. Será que um dia os arco-íris terão cores? In: GAI, Daniele Noal; FERRAZ, Wagner. Parafernália II: currículo, cadê a poesia. Porto Alegre: Indpein, 2014. p. 98-III.

FOCHI, Paulo Sergio. A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: o caso do Observatório da Cultura Infantil - Obeci. 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FOCHI, Paulo Sérgio. Criança, currículo e campos de experiência: notas reflexivas. Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 25, p. 52-72, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ananindeua, Pará, Brasil: panorama. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades, [on-line], 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/4yrxfv2a> Acesso em: 30 set. 2025.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, n. esp., p. 797-818, out. 2006.

KRAMER, Sonia. “Precisamos estar preparados para brincar muito!”. Revista Interinstitucional Artes de Educar, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 775-79, maio/ago. 2020.

LIRA, Cláudia Dantas de Medeiros. A participação das crianças no desenvolvimento do currículo na educação infantil. 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 12. ed. São Paulo: EPU, 2010.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, jan. 2006.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2011. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais. Brasília, DF: MEC, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A construção da base nacional comum curricular para Educação Infantil. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 75-94, 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de *et al.* O trabalho do professor na Educação Infantil. São Paulo: Biruta, 2012.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013. p. 16-35.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Currículo, justiça e inclusão. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo: Penso, 2013. p. 71-86.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Pesquisas com crianças em contextos da Amazônia: o lócus e temáticas dos estudos. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 51, p. 161-178, jan./abr. 2018. 18

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem Fronteiras**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 31-49, jan./abr. 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997. p. 9-30.

TIRIBA, Léa. Educação Infantil como direito e alegria. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v.3, n. 1, 72-86, 2017.

TRINDADE. Marileia Pereira. Apontamentos sobre crianças da Amazônia e pesquisas com crianças. *Revista Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico- Científica*. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória, v. 25, n. 2, p. 12-32, jul./dez. 2019.